

HOLANDESES E PORTUGUÊSES

I. — *Colonização contra colonização.*

Existem por certo vários ângulos sob os quais pode ser estudado o período de dominação holandesa. Para o estudioso da história econômica geral, o episódio teria sido um embate, em cenário sul-americano, entre o poderio mercantil ibérico — o primeiro a emprestar caráter realmente mundial à evolução econômica — de um lado, e, de outro, o novo mas já vigoroso poder marítimo e comercial dos neerlandeses. Para o interessado particularmente na questão da expansão colonial verificada a partir dos grandes descobrimentos marítimos, significaria a disputa pela Holanda de uma área de vitoriosa ocupação portuguesa nos trópicos, a qual estava pagando muito bem, em açúcar e pau de tinta, as despesas e o trabalho daquele povo que aqui se estabelecera e para aqui trouxera os elementos de sua cultura espiritual e material, juntamente com os negros buscados às costas d'África. Tratar-se-ia, neste caso, de “um capítulo de história colonial do século XVII”, como está no subtítulo do livro de Herman Wätjen. Os mais interessados na história das religiões e das lutas religiosas terão no acontecimento uma como manifestação, na América, das guerras entre católicos e reformados ou entre países fiéis a Roma e ao papa e nações rebeldes contra a Igreja Romana.

Qualquer desses ângulos de análise vincula o acontecimento à corrente maior e mais ampla da História Universal. Em qualquer deles, a história estará sendo feita de fora para dentro e do todo para a parte. Um procedimento metodológico inverso, o que focasse o acontecimento como parte ou capítulo da história da formação brasileira, apresentaria igualmente planos diversos de observação e análise.

Poderia ser, para quem desejasse examinar o fenômeno da ocupação colonizadora do Brasil, uma tentativa de se implantarem processos novos nessa ocupação, devidos a povo de cultura enormemente diversa da portuguesa, ibérica e latina. Aos historiadores da economia brasileira, iriam impressionar de modo especial o fato de se tratar de uma guerra do açúcar, as vicissitudes por que passaram os engenhos, as crises da produção agrícola, o papel da finança mercantil e judia, os caracteres e métodos de exploração econômica do invasor. O historiador de nossa formação política estaria atento sobretudo à possível, embora contro-

vertida influência da luta contra o invasor, ou do resultado dessa luta, sobre a formação do espírito de nacionalidade.

E, ainda, quantos outros aspectos atraentes oferece esse período de quase um quarto de século!

Tivemos de escolher um desses planos de análise. Fixamos nas questões diretamente relacionadas com o problema da colonização.

Quem comemora a insurreição pernambucana e a vitória das armas luso-brasileiras sobre o invasor neerlandês está, de certo modo, exaltando a superioridade de um sistema de colonização, o lusitano, sobre o que o procurou substituir, no Brasil, no século XVII. Existe assim, oportunidade para um exame, que tentaremos fazer, dentro de limitações óbvias, dos fatores econômicos e sociais do malôgro da colonização holandesa no Brasil. E' esta uma forma de homenagem àquêles nossos antepassados que se levantaram em armas e expulsaram o invasor.

Devemos registrar ser a fase dos flamengos uma das épocas mais pesquisadas de nossa história colonial, uma das que mais têm atraído a atenção dos estudiosos. Entre os historiadores contemporâneos, onde a preocupação maior já não é com a história de superfície, a dos fatos militares e políticos, mas o do conhecimento digamos vertical da sociedade no passado e de sua evolução, seria justo mencionar um Herman Wätjen com sua contribuição fundamental, um José Honório Rodrigues, um José Antônio Gonçalves de Melo, neto. A vocação de pesquisador e historiógrafo d'este último novos créditos está constituindo para com a cultura histórica brasileira pela valiosa documentação que, no momento, vai encontrando em arquivos de Portugal.

Desses autores, principalmente, são as informações de que nos valemos, numa tentativa de emprestar-lhes, em relação ao tema escolhido, tratamento interpretativo e sistemático.

O exame de aspectos econômicos e sociais da colonização flamenga no Nordeste Brasileiro conduz à convicção de que tais aspectos foram outros tantos fatores do fracasso do empreendimento batavo em nossa terra. Não seria possível o sucesso. Nem seria desejável. E' como, na observação de Gaspar Dias Ferreira, citada por José Higino e por José Honório Rodrigues: — "A conquista do Brasil Setentrional, pelas armas de uma companhia de mercadores, se explica como empresa militar e enquanto durasse a guerra, podendo daí advir lucros tão consideráveis para os acionistas, quanto perdas para o inimigo. Mas, como empresa colonial, destinada a florescer na paz e pela paz, o seu malôgro devia ser previsto. Era vão intento fundar uma colônia, em províncias cultivadas por portugueses, distanciados conquistadores por línguas, crenças, costumes e instituições, e de cujo concurso dependia, aliás, a prosperidade da mesma colônia".

II. — O mercantilismo holandês.

A história da ocupação das novas terras descobertas, de que foram pioneiros os portugueses, sabe-se que é, em quase todos os casos, misturada com massacres de populações indígenas, dissolução dos costumes, pilhagens, crueldades, desordens, crimes e pecados de toda natureza, praticados em razão mesmo do móvel comum ao empreendimento colonizador: — o interesse mercantil. Seria difícil, por isso, um julgamento dos povos colonizadores à base de valores éticos. A época dos grandes cometimentos da colonização europeia da Idade Moderna está bem definida, em termos de história econômica, como o período do capitalismo comercial. O julgamento terá de partir de valores econômicos e sociais. De valores geográficos, igualmente, conforme veremos.

As atividades derivadas da expansão marítima dos portugueses apresentam características que as colocam em plano superior às de seus sucessores da Holanda. Estas são eminentemente mercantis. Aquelas são também colonizadoras, empregando o termo aqui na acepção de capacidade de criar novas civilizações nas áreas ocupadas.

A expansão holandesa, ocorrida já no auge da revolução comercial, tem maior sentido capitalista. Já se havia fundado (1608) o Banco de Amsterdão quando se constituíram as companhias de comércio que iriam operar contra o monopólio mercantil mantido pelos portugueses e espanhóis. Já uma doutrina jurídica, a do *mare liberum* de Grotius, informada ou encomendada pelo interesse econômico dos mercadores batavos, legitimava a ação de seus navios nos domínios que o papa repartira com os ibéricos. Já se expandira o protestantismo. Calvino já considerara os lucros dos negócios comerciais e industriais tão legítimos quanto os decorrentes da atividade agrícola. Já se constituíam sociedades de capitais na Holanda, pelos calvinistas e judeus, inclusive os israelitas expulsos de Portugal pelo terror do Santo-Ofício.

E' compreensível que na atividade de uma empresa comercial como a Companhia das Índias Ocidentais houvesse muito mais cupidez e sobretudo muito mais imediatismo do que na obra colonizadora dirigida pelos reis de Portugal a quem interessavam outros aspectos afora o lucro mercantil imediato. Nem se argumente com o caso de Maurício de Nassau, tão decantado. O príncipe alemão também teve seus erros. E quando não os tivesse tido, o certo é que não se harmonizou sua política com os objetivos da Companhia, entrou em conflito com o Conselho dos XIX e teve de abandonar a colônia. Para a maioria dos diretores, como escreve Wätjen, "o Brasil era uma esponja que cumpria espremer até onde se pudesse". Nenhuma outra preocupação tinham senão, "por meio da distribuição de altos dividendos, manter estável a cotação das ações". Não serve, assim, o exemplo nassoviano para mostrar excelências dos processos colonizadores holan-

deses. Serve, antes, para evidenciar que, fora dos lucros e dividendos da grande empresa, nada interessava aos seus objetivos.

Esse sentido mais mercantil do que propriamente colonizador seria um dos fatores do fracasso do holandês em Pernambuco. Não que o espírito comercial estivesse fora das cogitações e das atividades portuguesas. Isso seria impossível. Os fatos mostram, entretanto, que eram menos imediatistas em seus interesses econômicos.

III. — Colonização por superposição.

Reconhecidamente complexa, sabe-se que a função de colonizar supõe determinadas qualidades nos povos que, descobrindo ou conquistando regiões pouco ou não exploradas e de estágio cultural inferior, devem efetuar sua ocupação econômica, promover sua *mise-en-valeur*. Qualidades, umas, em termos de geografia humana, relativas à capacidade de adaptação passiva. Outras referentes à capacidade de adaptação ativa, modificadora.

O empreendimento colonizador implica na transplantação para área nova de um conjunto de elementos materiais e espirituais de cultura que deverão operar em novo meio natural. Outras condições de posição, de clima, de solo, de flora, de fauna estarão a exigir o emprêgo de técnicas a elas adequadas. Da atuação dos velhos elementos culturais no meio natural novo, valores novos se criam. Eis aí a condição essencial à formação de nacionalidades novas. Para ela contribui igualmente a disseminação de elementos culturais desconhecidos dos nativos e o recebimento pelo colonizador de elementos originários da região. Muda-se, em consequência, a paisagem natural em paisagem cultural ou transforma-se a paisagem cultural encontrada, pelo influxo de novos elementos modificadores. “Nada é mais nítido do que a colonização, como fenômeno de geografia humana”, nota George Hardy.

Outros não têm sido, através da história, os complexos processos de formação de numerosos povos e nações. E quanto maior facilidade com que um povo em expansão a eles se ajustam, tanto maiores são as suas qualidades colonizadoras.

O português os havia posto em prática em Pernambuco, quando aqui chegou o invasor flamengo. O maior elogio, como a justiça mais devida pela história à obra do grande Duarte Coelho e da estirpe de Duarte Coelho, consiste em verificar e em proclamar que seus processos de ocupação colonizadora correspondem, em grande parte, àquilo que o estado atual dos conhecimentos, nesse setor, reconhece como mais apropriado às condições de nosso meio naqueles tempos.

Ao chegarem a Pernambuco, os holandeses encontram uma terra onde atuavam os processos portugueses de ocupar, produzir e colonizar: processos de contacto entre raças; processos de catequese dos índios; processos de construção de casas e de cidades;

processos de repartição das terras; processos de cultivar a cana e fabricar o açúcar. Constituía-se já uma sociedade apoiada na monocultura açucareira, feudalista ou semi-feudalista, patriarcal, monocultural, latifundiária, escravocrata.

Aos flamengos — embora lhes sobrassem outras qualidades como comerciantes e financistas ou como artistas, cientistas, humanistas — faltavam aptidões para realizar obra semelhante à que aqui encontraram. Disso é um sinal o fato de jamais se haverem afirmado em parte alguma dos trópicos com bons colonizadores.

Muito menos capazes se revelariam de, encontrando em nossos trópicos uma colonização florescente, com a idade de um século, assimilá-la, aproveitá-la ou substituir seus valores nascentes pelos valores culturais de que eram portadores. Se, por um lado, sua tarefa se facilitava pelo desbravamento já realizado e pelas lições de adaptação deixadas pelos portugueses, é certo que, por outro lado, ela se tornaria mais difícil pelo conflito entre as duas culturas alienígenas. Mais difícil sobretudo em face dos objetivos ou do espírito meramente mercantis dos neerlandeses.

Veremos que não conseguiram realizar o enraizamento na terra, na sociedade, na economia encontradas. Ficaram na superfície ou na periferia. Não penetraram. Superpuseram-se.

IV. — *Sentido urbano da colonização flamenga.*

Haviam os lusitanos estabelecido um sistema de exploração agrícola. Sobre êle assentava a vida econômica e social da colônia. Sistema agrário feudal, embora de um feudalismo mitigado com senhores porventura menos senhores que os da Europa Medieval, nos séculos X e XI, mas com seu poderio apoiado no domínio da terra, com seus latifúndios, suas armas para a defesa, suas casas-fortalezas, seus capelães.

Dêses elementos da vida rural devidos ao português ninguém nos dá idéia mais viva do que o sociólogo de "Casa Grande & Senzala": "Na zona agrária, desenvolveu-se, com a agricultura absorvente, uma sociedade semi-feudal — uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígamos, do alto das casas grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palha; vassalos das casas-grandes em todo o rigor da expressão." E mais adiante: "A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rêde, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto aos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e

da casa . . .” “Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia . . .”

As atividades administrativas, antes da chegada dos batavos, são exercidas não apenas em função das rendas que a metrópole devia auferir, mas também das conveniências dos senhores rurais. “O governo da terra estava identificado com os interesses da nobreza agrária”, como salienta o escritor de “Tempo dos Flamengos”.

Essa estrutura econômica, social e política, o holandês, com seu mercantilismo e seu espírito urbanístico, não soube, não pôde, não possuía aptidões para preservar ou melhorar. Pelo contrário, durante a fase de seu domínio, assistimos a uma tendência geral no sentido do enfraquecimento desse sistema de economia e de civilização rural, oriundo da vocação lusitana para colonização nos trópicos.

Tem essa significação o deslocamento, então verificado, do eixo da vida da colônia, dos campos para a cidade. Era a perda de importância da vida rural em benefício da vida urbana.

Importa nisso, logo de início, o abalo sofrido pelos senhores de engenho em seu poder e em seu prestígio. Perderam, — com a qualidade de membros, que alguns possuíam, da Câmara de Olinda, — a possibilidade de influir sobre o governo em benefício das atividades rurais. Era o primeiro declínio. Outros se seguiram. Sofrem, mais tarde, restrições nos seus direitos relativos ao tratamento dispensado aos escravos.

Não é o mérito dessas medidas o que interessa apreciar. É a circunstância de implicarem em restrições ao poder, antes quase absoluto, dos representantes da economia agrícola. Criou-se, para eles, uma sujeição às autoridades que decretavam ordens de seus gabinetes nas cidades, em contraste com os métodos anteriores, de seus ascendentes ou compatriotas, os portugueses, sob os quais os donos de engenhos nos termos de José Honório Rodrigues, “mandavam e desmandavam. O próprio clero se encontrava subordinado ao patriarcado rural. Eles absorvem toda a autoridade colonial. Os próprios delegados da autoridade central são incapazes de contrariar esse mando absoluto e autoritário”.

Mesmo os fenômenos de superfície, os feitos militares, refletem a supremacia rural com os portugueses e a maior importância urbana com os flamengos. Sérgio Buarque de Holanda faz a seguinte observação: — “enquanto no Brasil português a defesa urbana era por vêzes um sério problema, devido à escassez de habitantes, no Pernambuco holandês deu-se exatamente o contrário”. “De fato, comenta o nosso ainda pouco citado José Antônio Gonçalves de Melo, neto, pode-se comparar a rapidez com que foram ocupados Olinda e o Recife em 1630 e as dificuldades que teve o invasor de se apossar do interior, mesmo dos lugares mais próximos às cidades. E, em 1645, o contrário: os flamengos

entregaram em poucos dias o domínio do interior — as derrotas foram em lugares próximos do Recife: Casa Forte, Tabocas, Guararapes — concentrando-se nas cidades.”

A expressão mais visível do sentido urbano que os holandeses emprestaram a sua política de colonização reside no próprio engrandecimento do Recife, por êles realizado. Uma cidade nova iria surgir. “Já antes de Nassau — nota Afonso Arinos de Melo Franco, estudando o “Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil” — em 1636, a administração holandesa pedia ao Conselho da Companhia das Índias que, com os colonos esperados, remetesse materiais de construção: pedra, madeira e cal, pois tudo isso era escasso e caro no Recife. Manifesta-se já a tendência urbanística da colonização flamenga. Poucos colonos se dirigiam ao campo, pois eram, em geral, pobres e procuravam meio de vida na cidade. A instalação agrícola sempre custou caro”.

Essa preocupação da grande *urbs*, do enorme centro, com palácios suntuosos, com ruas que foram calçadas até com tijolo da Holanda, com largos parques que foram arborizados até com plantas já adultas, ia-se tornar mais característica ao tempo de Nassau. Era como se o êxito da obra colonizadora repousasse no fausto da vida urbana e não na faina criadora da agricultura.

E' sobretudo com Maurício de Nassau que os flamengos se tornaram, entre nós, os precursores da expansão artificial da vida urbana à custa ou em detrimento da economia rural. Interessa voltar ao cotêjo com a orientação portuguêsa: um Duarte Coelho não teria despendido 600.000 florins na construção de um palácio monumental como o de Friburgo. O mais provável é que possuindo tal soma ou contando com ela, a invertesse na instalação de novos engenhos, na formação de novos canais, enfim no desbravamento e ocupação econômica de mais terras para a agricultura, convencido que estava, e com acêrto, de que, desta atividade, dependia o destino da empresa colonizadora.

Quanto não teriam feito os holandeses em favor das atividades agrícolas e reprodutivas com os capitais empregados em realizações muitas vêzes suntuárias, na cidade, se em vez da preocupação urbanística tivessem tido o sentido rural do colonizador portuguêz? Aqui reside uma das causas principais de seu fracasso no Brasil.

V. — *Subordinação econômica da vida rural à vida urbana.*

A questão da farinha de mandioca foi, de certo modo, uma manifestação do domínio da cidade sobre o campo. De crises agudas de abastecimento, tocando por vêzes às raias da fome como as que ocorreram ao tempo dos holandeses, não há notícia na fase anterior da colonização. E' preciso, por isso, relacioná-las ao vertiginoso crescimento urbano verificado sob os flamengos.

Parece que o colonizador da Holanda não se advertiu de que quem cria grandes cidades está concomitantemente formando grandes centros de consumo. Como não havia, nem podia haver, — dado o fundamento na monocultura da economia da colônia — uma base suficiente de culturas de subsistência, não se podiam deixar de agravar os problemas de abastecimento da população urbana em processo de rápido crescimento. O drama da fome vivido por essa população era uma consequência fatal da política urbanística da colonização holandesa.

Sob o clamor da falta de alimentos, apelam os flamengos para as medidas compulsórias e draconianas sobre o plantio da mandioca. E o fazem com Maurício de Nassau, o modelar. Essas medidas que alguns já elogiaram não parecem, entretanto, ter sido destinadas a diversificar as atividades agrícolas pelos males que a monocultura sabidamente acarreta para a própria economia rural. Parecem, antes, determinadas pela necessidade de abastecer o Recife, considerado por Joannes De Laet, a cidade brasileira mais carente de víveres, naquela época.

Tiveram esse fundamento os repetidos editais de Nassau obrigando os agricultores ao cultivo de certos números de covas de mandioca por negro cativo, sob pena de serem considerados inimigos do Estado, e estabelecendo o regime das fintas na proporção elevada de 50 por cento da farinha produzida. Agrava-se a coação dessas medidas pela forma como eram executadas, com grandes vexames e humilhações para os outrora poderosos senhores rurais, o que também está na lógica da hegemonia urbana dos flamengos.

Considere-se a irritação ocasionada no campo por medidas dessa natureza e seu efeito sobre os acontecimentos militares. Já observou Capistrano de Abreu que “entre os agravos dos Pernambucanos contra os Holandeses capitulava-se o de, por estes, terem sido obrigados a plantar certo número de covas de mandioca.”

Manifestação, ao mesmo tempo, da tendência mercantil e da hegemonia da cidade sobre o campo na época holandesa foi a pressão que o comércio urbano exercia sobre os agricultores. Não consiste ela apenas nas margens de lucro proveniente da venda dos produtos importados da Holanda e necessários ao trabalho rural ou dos artigos que a companhia privilegiada trazia do Oriente. A exploração assume proporções asfixiantes no caso dos juros cobrados sobre os débitos, que, embora oficialmente limitados a 12 e 18 por cento, houve quem os contasse sob as taxas de 38, 40 e 42 por cento.

Com o preço do dinheiro exagerado, não surpreende que as dívidas da lavoura dificilmente pudessem ser resgatadas. Ao contrário, acumulavam-se constituindo encargo crescente para o qual eram insuficientes os lucros da produção açucareira, já com-

prometidos por outros fatores como a especulação no preço da mão-de-obra servil e a exorbitância da tributação.

Trata-se de uma forma de opressão que não podia deixar de determinar, a pouco e pouco, a debilitação da agricultura que continuava sendo, apesar de tão maltratada pelo invasor, o sustentáculo econômico da colônia. Além de produzir êsse efeito, tal sufocação econômica era uma das principais fontes de irritação e revoltas, surdas a princípio, declaradas mais tarde. O que ainda melhor se compreende ao se ter em vista que, na época, eram permitidas as prisões por falta de cumprimento das obrigações civis. Natural, portanto, que, depois atuasse entre as causas da insurreição o empobrecimento geral dos senhores de engenho ocasionado pela avidez da finança flamenga e israelita, caracterizando-se o movimento também como uma revolta de oprimidos economicamente. João Fernandes Vieira, em 1643, devia 541.000 florins à Companhia.

Exploração semelhante, exercida na cidade contra a economia rural, foi a do comércio de escravos. Arrematados pelos judeus nos leilões da Companhia, os negros eram vendidos aos senhores de engenho, que os não podiam pagar à vista, a um preço até três vezes superior ao da compra. Encarecia-se, por essa forma, de modo extremo e ilegítimo, um elemento fundamental da produção agrícola, o braço escravo. Era outra forma de debilitação da economia rural.

A consideração de todos êsses elementos caracterizadores das relações entre a economia urbana e a rural no período flamengo, vem mostrar o seguinte: — enquanto, sob os portugueses, a nossa agricultura tinha a função de sustentar a metrópole, sob os holandeses, além de sustentar a metrópole flamenga, ela devia sustentar a vida urbana do Recife, uma vida urbana cheia de suntuosidades e dissipações. Era como se duas fôsem as metrópoles: a capital de Pernambuco e a Holanda.

VI. — Nassau.

Algumas das considerações anteriores redundam em restrições às decantadas qualidades de administrador de João Maurício de Nassau. Outras ainda poderão contrariar a tendência de irrestrita exaltação à obra do grande governador dos holandeses no Brasil.

Entre os dessa tendência está o notável historiador José Honório Rodrigues que entrevê até propósitos nassovianos de combater o regime da grande propriedade: “Ao nosso ver, Nassau percebeu os males não só da monocultura como também do latifúndio. Quando pensou em dar terras aos soldados esboçou a solução do problema latifundiário. Porque só as pequenas propriedades é que permitem a variação de cultura.” Parece-nos arriscado êsse juízo. O fato de, como já dissemos, só haver João Maurício bai-

xado medidas em favor da diversificação de culturas quando a crise alimentar se fêz sentir intensa na cidade, conduz-nos, pelo contrário, ao juízo de que o seu objetivo era pura e simplesmente o abastecimento urbano. Essa interpretação, aliás, harmoniza-se melhor com a diretriz geral da administração do príncipe, voltada predominantemente para as coisas da bela capital do domínio holandês no Brasil. Preocupado com o Recife, não acreditamos, a não ser através de documentação em contrário, que Nassau, àquê tempo, se impressionasse com as mazelas do regime agrário em vigor pelas suas decorrências sociais manifestadas no próprio campo.

Confirma, de certo modo, essa impressão o meio mais importante empregado pelo príncipe para obter a produção de um gênero de subsistência: a obrigatoriedade do plantio de mandioca, a cujos resultados se associava leoninamente o govêrno. Processo primário, êsse, de diversificar culturas à fôrça e por decreto, só explicável ante a imposição de matar a fome de uma cidade em cuja alimentação não pensou, antes de criá-la e fazê-la desenvolver-se. Processo incompatível com uma mentalidade que, ao tempo, já percebesse os males do latifúndio. Quanto à agricultura de subsistência em Itamaracá, não passou de uma tentativa malograda, o que certamente não pode figurar no ativo dos processos colonizadores dos batavos.

Outro ponto da administração nassoviana que está a merecer exame mais detido por parte dos especialistas em nossa história econômica e social é o dos reflexos da tendência urbanista sôbre a estrutura da sociedade. As construções e as obras públicas, notadamente, deram lugar à formação rápida de um operariado urbano no Recife. As atividades comerciais fizeram nascer uma burguesia mercantil. Criava-se, assim, do dia para a noite, no Brasil do século XVII, um aglomerado urbano de estrutura econômico-social semelhante à das cidades comerciais européias da época. Era um deslocamento brusco que, evidentemente, não se apoiava nas condições econômicas da colônia, com apenas um século de exploração e, essa mesma, de feição latifundiária e escravocrata.

A relação funcional entre a cidade e a hinterlândia a que devia servir não parece ter sido considerada pelo fundador da Mauricéia. O Recife nassoviano com sua grandeza, seu fausto, seu operariado e sua burguesia, tornou-se algo excrescente em face do quadro econômico regional da época.

Observação semelhante pode ser feita com referência à ação cultural de João Maurício. Não havia na colônia nem uma base cultural nem uma base econômica capazes de servir de apôio à transplantação para estas longitudes de valores intelectuais e artísticos da Renascença. Uma sociedade escravocrata e de analfabetos, de senhores feudais ou semi-feudais não podia ser o campo propício aos ideais de cultura que o príncipe acalentava.

Assim o brilho intelectual e artístico, então ostentado, esteve longe de resultar de qualquer desenvolvimento cultural das elites naquela sociedade e naquele tempo. Não tinha a naturalidade das plantas vicejando e florescendo em seu *habitat*. Em vez de representar o meio social, dêle se distanciava e com êle contrastava. Era algo de artificial, simplesmente importado. Como tantas outras contribuições flamengas, não encontrava ressonância no ambiente local. Não pôde criar raízes nesta terra. Teria de ser efêmero.

Se mudarmos a vista dêsse plano para o da administração financeira de João Maurício de Nassau, tal como a vemos exposta no livro de Wätjen, veremos que o descortino do príncipe jamais conseguiu pôr em ordem êsse setor fundamental do empreendimento holandês. Era, porém, o magno problema da Nova Holanda, para o qual o governador trouxera instruções especiais.

Entretanto, as crises se sucederam sem interrupção atingindo fortemente ora a moeda, ora os recursos orçamentários, ora ambos êsses domínios. A história da inflação no Brasil, quem a escrevesse teria de recuar às “ordenanças” do tempo de João Maurício.

Essas crises financeiras e fiduciárias só podiam ter efeitos perniciosos sôbre a estabilidade econômica. A exportação de açúcar que se recuperara com Maurício de Nassau, passando de 196.000 arrobas em 1638 para 448.000 em 1641, entrou em declínio a partir dêsse ano. A soma dos tributos arrendados que chegou a 378.800 florins em 1643 foi decrescendo nos últimos dois anos da administração nassoviana: 283.840 florins em 1644, e 229.045 em 1645 (dados de Wätjen). Isso, apesar das medidas postas em prática para assegurar o aumento da receita.

Não temos qualquer indicação de que o príncipe, apesar da precariedade da situação financeira, se preocupasse em reduzir as despesas de seu governo para equilibrá-las com os recursos normais ao seu alcance. E' precisamente o contrário o que nos informa Wätjen: “Estadista proeminente, diplomata e general em chefe como era, João Maurício nada queria saber, entretanto, de poupança nos gastos, nem se preocupava com a conta de xelins e soldos a despender. Em matéria de dinheiro, tinha as mãos muito abertas, gastava sempre mais do que podia e, apesar de saber quão pouco satisfeitos os diretores estavam com seus custosos caprichos, não havia exortação ou advertência que o dissuadisse de levar por diante as obras que havia concebido ou de entregar-se em *Vrijburg* aos seus prazeres favoritos”. De como o espírito de poupança andava longe do administrador Nassau, também nos dá idéia a lista dos víveres consumidos diàriamente pelo paço, segundo documento incerto no livro de José Antônio. Era como se verdadeiros banquetes ali se realizassem todos os dias.

O destino econômico da colônia teria de depender também das perturbações financeiras. Três anos antes do término do governo de Nassau, já se inicia o declínio das exportações de açúcar. A gestão financeira não podia ser estranha a esse fato. Estamos diante de mais um fato do malôgro do empreendimento holandês.

VII. — O não enraizamento econômico.

Possuíam os lusitanos, devemos repeti-lo, um conjunto de qualidades que lhes asseguravam grande superioridade sobre os flamengos na tarefa da exploração colonizadora do território brasileiro. Oriundos de meio geográfico de latitudes mais altas, muito mais difícil seria a adaptação dos flamengos ao ambiente dos trópicos do que a dos habitantes do extremo sul-ocidental da Europa. Não possuíam, em sua formação, a influência de um povo como o árabe afeito a realidades físicas menos favoráveis, que tantos traços deixou na índole, nas aptidões e na civilização econômica dos portugueses. E contavam estes com mais uma vantagem sobre aqueles que lhes disputaram o domínio no Nordeste brasileiro: a experiência e a tradição de exploração de áreas de baixas latitudes.

Essas circunstâncias explicam o seu comportamento muito mais em harmonia com as exigências do meio natural. Um meio natural menos diverso do de sua origem e bem semelhante ao de regiões que andaram ocupando e explorando.

Da experiência portuguesa nos trópicos, dois fatores em particular, resultaram, na ordem econômica, contribuindo para que tivessem os lusos grande vantagem, como colonizadores, sobre os mercadores da Holanda. Em primeiro lugar, tinham aprendido — e aqui entra também a contribuição mourisca — uma atividade destinada a servir, ao mesmo tempo, de suporte de instrumento econômico à colonização do Brasil como de tantas outras das áreas chamadas por Huntington *regiões úmidas de agricultura tropical*: o cultivo da cana e o fabrico do açúcar.

Aprenderam, em segundo lugar, a utilizar um regime de trabalho e um braço trabalhador indispensáveis, nas condições da época, ao êxito da agricultura canavieira. Indispensáveis, em consequência, à colonização das áreas cuja ocupação econômica teve de basear-se na produção de açúcar. Conheciam os portugueses os processos de escravizar negros e fazê-los trabalhar. Sabiam também outras muitas coisas em relação ao proveito a ser tirado dos negros e das negras apanhados à Costa d'África, coisas de relevante interesse no estudo do maior dos empreendimentos portugueses, a colonização do Brasil.

Sem saber plantar cana e fabricar açúcar e sem saber lidar com negros, que vinham os holandeses fazer nestes trópicos no século XVII? Fundar grandes cidades, um grande empório comercial, uma civilização urbana e mercantil? Mas como, se não havia

aqui produtos destinados à atividade comercial que não resultassem das duas práticas em que eram tão bisonhos os flamengos?

O resultado foi que os meios da produção do açúcar, baseada na escravidão e na grande propriedade canavieira, continuaram, em sua imensa maioria, em poder dos portugueses e seus descendentes. E' Nassau mesmo quem adverte que a conquista do Brasil sem os portugueses só trará poucas vantagens à Companhia, como que reconhecendo a incapacidade dos batavos para, no plano econômico, substituir os portugueses e fazer produzir a colônia. E sem a base da economia agrícola em suas mãos, o cometimento holandês não tinha raízes para firmá-lo à terra. Teria de ser efêmero. Teria de ser o que foi: uma aventura colonizadora que durou um quarto de século.

VIII. — O não enraizamento ecológico.

Revelaram-se os holandeses inferiores aos lusos também quanto a determinados processos particulares de adaptação às condições do meio físico. Alguns deles elogiaram o clima de Pernambuco e natureza da região. Mas é certo que pouco fizeram para tirar partido daquilo que esse clima e essa natureza têm de bom e neutralizar o que têm de mau.

Edificaram sobrados iguais aos da Holanda, os sobrados altos e magros de que fala Gilberto Freyre, dos quais José Antônio encontra confirmação em seu trabalho beneditino de reconstrução documentada da vida dos flamengos no Brasil. Com sua colonização urbana, não nos legaram um tipo de casa de cidade adaptado às novas condições tropicais. Enquanto os portugueses com sua colonização rural deixaram-nos a casa-grande, expressão de seu ajustamento ao nosso ambiente.

Depõe contra a capacidade flamenga de explorar e aproveitar os recursos naturais da terra, a cópia de materiais de construção que importavam da Holanda. Importavam madeira para uma área de floresta. Importavam tijolos para uma região de solos argilosos, com a Várzea do Capibaribe às portas da cidade.

Em se falando de materiais de construção, temos de observar que as casas portuguesas, baratas, feitas de taipas e madeiras da terra, revelam não só melhores qualidades de adaptação ativa como senso econômico colonizador superior ao dos holandeses com suas dispendiosas construções, edificadas com materiais importados, desviando-se, para a compra, capitais que bem poderiam ter ficado em Pernambuco para vitalizar a economia da colônia.

Da escassa capacidade dos holandeses de adaptar-se às condições do meio e de promover a *mise-en-valeur* de seus recursos naturais, constitui também um sinal expressivo o fato de pouco se valerem dos alimentos que a terra podia produzir. Para manter o mais possível a mesma dieta que em sua metrópole, dieta mais

exigente que a dos portugueses, importavam dali o que para isso, era necessário.

Não será muito arriscado supor, nessa ordem de idéias, que as precárias condições de saúde do povo, no período flamengo, com várias moléstias dizimando a tropa e a população civil, relacionam-se com a falta de capacidade de adaptação dos holandeses. A sub-alimentação que não pode deixar de ter influído em tais condições de saúde, decorria, em grande parte, de não terem os holandeses conseguido, pelo uso da terra, uma produção de subsistência em proporção com o aumento da população urbana, por eles estimulado. Foi assunto das reclamações de Nassau a falta de viveres e de remédios.

Não tendo contato íntimo com os nativos, menores eram, obviamente, suas oportunidades de assimilar os seus processos de curar pelo uso de mezinhas ou medicamentos derivados dos recursos da flora regional. Embora, como se sabe, sejam devidos a um holandês, o dr. Piso, os primeiros conhecimentos científicos de nossa flora, as propriedades medicinais de numerosas plantas só poderiam ser usadas em maior escala pelos que vivessem em contato direto com o campo, com as matas, com os índios, com os que puderam receber dos índios seus segredos relativos ao poder de curar de vegetais brasileiros.

De qualquer modo, o agravamento do problema alimentar e a deficiência de meios para evitar o crescimento da mortalidade são outros motivos de restrições à capacidade dos flamengos de ajustarem-se às condições do meio.

Há um fato que indica ser a falta de plasticidade revelada pelos batavos em Pernambuco muito ligada ao contraste entre o nosso meio físico e o dos Países-Baixos. O de que, em um ponto eles foram magistrais: o da forma de aproveitamento das condições topográficas da planície do Recife para a construção da cidade.

Essa planície, com os seus alagados, coberta em grande parte pelas águas, ora do mar, ora dos rios, com suas ilhas, com seus braços de rios, suas camboas, era a único traço comum entre os dois meios geográficos: o pernambucano e o holandês. Era natural que, nesse particular, a transplantação dos métodos holandeses correspondesse às condições mesológicas locais. E começa pela localização da cidade. "A localização de *Mauritzstadt* no Recife, escreve Joaquim Ribeiro, obedeceu a essa adaptação, a essa tendência, a esse verdadeiro tropismo, que o neerlandês sempre teve pela vida aquática, seja fluvial ou marítima."

No mesmo exemplo de ajustamento e bom aproveitamento das condições naturais está a função que o holandês deu às águas no traçado e na vida da cidade, com a disposição das ruas, com os transportes fluviais, com os canais e os diques, com as pontes. E o representante da técnica urbanística flamenga, o engenheiro Pieter Post há de ter planejado aqui como planejaria na Holanda.

IX. — *O não enraizamento social.*

Não foi a colonização holandesa mais feliz no capítulo das relações do branco com os índios e com os negros, as duas culturas inferiores com quem tinha de entrar em contato. Não devendo omitir êsse aspecto, mas não nos sendo possível, à vista das limitações impostas pela finalidade dêste trabalho, demorar sôbre êste ponto, limitamo-nos à uma apresentação esquemática de uns poucos elementos.

Os contatos entre os holandeses, de um lado, e os índios e negros, de outro, foram dificultados e se realizaram de modo muito pouco intenso em virtude de três formas de segregação:

- 1.º). — a segregação geográfica;
- 2.º). — a segregação social;
- 3.º). — a segregação imposta pelas autoridades administrativas e religiosas dos holandeses.

A primeira decorre do fato de viverem os flamengos quase só na cidade enquanto os índios e negros habitavam predominantemente o interior. No interior, no campo, nos engenhos, nas aldeias indígenas, com a presença do missionário, quem estava era o português. E são conhecidos os resultados do íntimo contato cultural e social verificado, com seus efeitos de aculturação e miscigenação.

A segunda relaciona-se com a distância social em que se collocavam os invasores ou com a barreira social com que se isolavam. O preconceito de côr era uma expressão dêsse fato. Exemplo significativo: geralmente não se permitiam os holandeses intimidades com negras ou com índias, e até importaram mulheres da Holanda para os bordéis do Recife, apesar da reação dos ministros protestantes. Enquanto isso, sabemos o que fêz, em sentido contrário, o sensualismo lusitano com seus resultados em favor do contato e da mistura das raças.

A terceira forma de isolamento consistia na reprovação ou condenação pelas autoridades civis e eclesiásticas holandesas da união conjugal entre os invasores e a gente de côr. As uniões extra-matrimoniais com africanas e índias eram igualmente reprovadas ou condenadas pelas mesmas autoridades. Foram naturalmente numerosas as desobediências, mas houve até pena de deportação pelo amancebamento de holandês com índia.

Parece, em suma, que o interêsse do holandês pelo índio não ia muito além das vantagens imediatas trazidas pelas alianças militares. Com os negros, quase só interessava a relação de propriedade que possibilitava o trabalho servil. Mas, em consequência do mercantilismo urbano do holandês, o negro era, para êle, uma simples mercadoria trazida da África para ser vendida no Recife, onde o vinham adquirir, já de mãos de terceiros, geralmente ju-

deus, os senhores de engenho. Enquanto, para os portugueses era sobretudo o trabalhador do campo, fator da produção agrícola. Era, além disso, o elemento com quem se entrecruzaria etnicamente.

Ao autor de "Tempo dos Flamengos", "parece que aí está um dos aspectos mais antipáticos da colonização holandesa: essa separação quase profilática entre as classes dos dominadores e dos dominados". E' mais do que isso. Enxergamos nesse fato uma causa a juntar-se a outras, já mencionadas, de não ter a colonização holandesa conseguido criar raízes no Brasil.

* *
*

Impõe-se ainda uma consideração de ordem geral, quando estamos terminando. Para alguns historiadores, não se torna possível o exame comparativo dos métodos de colonização dos holandeses, dado o período curto de seu domínio. Esquecem que o fato de ter sido curto o período de dominação holandesa, tudo indica ter derivado precisamente do não enraizamento dos invasores à terra e à sociedade colonial. Decorreu muito mais dêsse não enraizamento do que das possibilidades militares e diplomáticas da Holanda, cujos direitos no Brasil chegaram a ser reconhecidos pelo govêrno português.

Constitui, assim, a transitoriedade do domínio uma confirmação da tantas vêzes aqui referida falta de qualidades dos flamengos para uma ocupação duradoura, de sentido realmente colonizador, em terras do Brasil.

O exame das aptidões dos batavos e de seus métodos de ocupação não pode igualmente ser invalidado pela circunstância de se tratar de um período perturbado por guerras e guerrilhas. Embora não se possa negar que uma fase pacífica serviria melhor para a caracterização daqueles métodos e aptidões.

E' bom notar, entretanto, que foi ainda e principalmente a falta de qualidades do holandês para a colonização desta terra que criou a atmosfera propícia às agitações guerreiras ou constituiu sua causa fundamental. Está nitidamente nesse caso a insurreição pernambucana, de cujas refregas memoráveis iria resultar a expulsão definitiva do invasor.

MÁRIO LACERDA DE MELO

Da Universidade do Recife.